

MULHERES IMIGRANTES ITALIANAS

Ines Minardi

Esta pesquisa pretende dar visibilidade à importância do papel desempenhado pelas mulheres imigrantes italianas.

Entre meados do século XIX e início do século XX a Itália esteve no topo da lista de fornecedores de mão-de-obra barata ao Brasil, como solução para a crise de desemprego que assolava o país desde 1870.

O fenômeno emigratório italiano decorreu da expansão do capitalismo que induziu a Itália a se desfazer de 20 milhões de indivíduos entre 1861 a 1940.

O cenário no plano internacional se completa com a chamada crise agrária que durou de 1873 a 1895 e que representou a passagem do capitalismo individualista da livre concorrência ao capitalismo monopolista da idade do imperialismo. Num período de lutas acirradas pela disputa de mercados consumidores, num momento particularmente dramático e confuso da sua unificação política.

Em 1882 mais de 20 mil pequenos proprietários desapareceram dos cadastros italianos, o que leva a crer que certamente a maioria teria emigrado para a América.

Durante o período escravocrata, a família para os fazendeiros, senhores absolutos em seus domínios, era formada por um núcleo central legalizado, composto pelo casal branco e seus filhos e um núcleo periférico mal definido, constituído do senhor, escravos e agregados.

A mulher negra era um objeto de que os fazendeiros, seus filhos e capatazes dispunham como bem entendiam. É exatamente nesta promiscuidade à qual a escrava, por sua própria condição, pouca resistência podia oferecer, que a mulher imigrante é atirada, sofrendo seus resquícios ainda por muito tempo.

Inúmeras queixas chegavam aos Consulados ou Vice-Consulados, onde, a violência moral, misturava-se à violência física. Normalmente, quando as mulheres resistiam às propostas desonestas de patrões, de seus filhos ou capatazes, toda a família sofria represálias.

Casos de estupros de meninas ainda crianças eram freqüentes, não suscitando nenhuma punição, nem mesmo quando procuradas as autoridades na cidade distante.

No caso de agressão às mulheres, a repulsa levava à solidariedade e esta paralisação do trabalho era o único meio de protesto possível. O desrespeito pelas mulheres era tão previsto que os contratos de trabalho resavam que entre os motivos

válidos para o colono poder abandonar a fazenda e romper o contrato, estavam o atentado a honra da mulher, filhas e outras pessoas da família por parte do proprietário da fazenda ou pessoas ligadas à direção e administração da mesma. No diário citado pela autora Zuleika Alvim¹ encontra-se a frase reveladora: “mais desgraçados são os chefes de família que tem uma bela mulher ou uma bela filha.” Nesta época quando ocorriam atentados às mulheres, a solução mais fácil era expulsar a família ou a mulher vítima da violência irrestrita dos patrões, para evitar as manifestações de solidariedade dos companheiros. Uma das maiores provas de solidariedade entre os imigrantes italianos foi provocada por um escândalo judiciário que envolveu a dignidade da mulher. Alvim, conta que: “ a recusa das irmãs de Lungaretti ao assédio de Raul Salles resultou na perseguição e agressão a toda família. Os colonos da fazenda solidarizaram-se e paralizaram o trabalho. Raul Salles tentou então despedir a família que se recusou a sair, exigindo receber o que tinha direito. O pai de Raul, Diogo Salles, interferiu na discussão e agrediu o velho Lungaretti; Ângelo, vendo o pai ferido, matou Diogo Salles” (irmão do Presidente da República). Enquanto a classe média italiana se cotizava, contratando um dos melhores advogados para defender Ângelo, os anarquistas recolheram fundos para ajudar a família, envolvendo assim boa parte do operariado de São Paulo. Ainda assim, Ângelo cumpriu pena de 8 anos.

Ao lado do trabalho extenuante que eram obrigadas a executar, da violência moral e física de que eram vítimas pelo fato de serem mulheres, havia a solidão em que viviam, e o fato de não contar com nenhum tipo de assistência. Muitos casos de loucura por parto foram assinalados. Os médicos eram raros e difíceis. Os honorários impagáveis pelos colonos. As mulheres se serviam da ajuda de uma vizinha ou do próprio marido. Qualquer complicação era fatal. No auge do desespero recorriam a curandeiros. Os próprios padres procuravam cuidar das doenças com benzimento. Esperava-se que a mulher confinada ao mundo da fazenda suprisse todas as deficiências presentes inclusive o ensino de preceitos religiosos à seus filhos que garantisse a unidade familiar.

Para o imigrante italiano, o abandono do país de origem se deveu à busca de melhores condições de vida com o claro objetivo de escapar ao processo crescente de proletarização.

As experiências passadas constituíram o único parâmetro de apoio para um grupo que enfrentou a selvageria do espírito escravocrata nas fazendas paulistas, sem receber

¹ ALVIM, Zuleika. “Brava Gente: Os italianos em São Paulo”; São Paulo, Brasiliense, 1986.

nenhum apoio concreto do governo italiano e nenhuma proteção das autoridades públicas locais.

Quando houve melhores condições de vida e de trabalho nas fazendas paulistas, isso decorreu basicamente da pressão exercida pelos próprios trabalhadores imigrantes uma vez que as relações de trabalho estavam longe de lhes restituir o que haviam perdido no país de origem.

O seu papel na substituição da força de trabalho escrava pela a do assalariado, foi marcado pelo sistema de colonato apoiado no trabalho familiar. Este, se por um lado garantia a maior exploração de todo o grupo, por outro, esta estrutura de trabalho reproduzia um valor cultural que era muito caro ao italiano – o trabalho de todos garantia a unidade da família e o ganho maior para concretização de seu objetivo: adquirir assim que fosse possível uma pequena propriedade que pudesse garantir sua autonomia futura.

Apesar de toda a violência que marcou as relações de trabalho no período do colonato, o caráter familiar do trabalho persistiu até 1950. Logo que chegavam a São Paulo, quatro em cada cinco italianos estavam ligados a um núcleo familiar e trabalharam pelo menos em sua fase de adaptação na lavoura. Como a cultura dos cereais era feita entre as fileiras do cafezal, os colonos cuidavam dela ao mesmo tempo em que cuidavam do café enquanto as mulheres e as crianças responsabilizavam-se pelos cereais que se bem cuidados, representavam uma fonte de renda adicional.

Além do café e do cereal, as mulheres cuidavam dos animais que representavam outro adicional de fonte de renda. Embora a atividade da mulher fosse sempre qualificada como “trabalhos de casa”, inúmeras iam para a lavoura. Os produtos e os animais que excediam o necessário consumo da família eram vendidos, “os trabalhos de casa”, executados pelas mulheres acabavam também colaborando no orçamento doméstico.

A importância da mulher mais velha aparece registrada no balanço de uma família grande: “a família é composta por uma mulher velha, um homem adulto, uma mulher adulta, uma mocinha de dezesseis anos, um rapaz de quatorze anos e duas crianças de nove e cinco anos, que cuidam de nove mil pés de café”, Zuleika Alvim conclui que, em algumas famílias, parte da receita capaz de se transformar em poupança, provinha de dois terços do trabalho feminino. A mulher ajudada pelas crianças com menos de doze anos acabava contribuindo com praticamente a metade do dinheiro recebido durante o ano, além de cuidar da casa, cozinhar, costurar, cuidar da horta, juntar lenha dos bosques, fazer o sabão, a charcuteria, criar porcos e galinhas, confeccionar colchões, fazer conservas, farinha de milho e mandioca, polvilho, beneficiamento de café e arroz,

nos pilões, rapadura, queijo e manteiga etc... A importância da mulher era fundamental para a sobrevivência da família. A mulher exercia um papel muito importante no sistema de colonato, porém, não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas. Aparecia como mãe, filha ou esposa. O homem era simultaneamente chefe de família e de trabalho, seu poder atingia a todos os membros transformando a família “em seus trabalhadores”. As mulheres e os jovens de doze a dezesseis anos, eram considerados “meia enxada”, como se produzissem a metade do que produzia um homem. “Enxada” era o trabalhador adulto e do sexo masculino, acima dos dezessete anos, com plena capacidade física. A participação das mulheres no cafezal dependia da disponibilidade que ela tinha em relação às crianças e gravidez. Se trabalhava na lavoura, era à noite que desempenhava suas funções de esposa, dona de casa e mãe de família. A jornada de trabalho feminina era dupla, portanto mais longa que a do homem. Muitas tiveram e criaram seus filhos debaixo dos pés de café. O chefe de família apresentava-se diante da esposa e dos filhos, como a personificação das exigências do proprietário – o que só fortalecia a autoridade masculina na família.

As moças eram incentivadas a casar e a ter filhos com “moços de boa família”. O isolamento em que as famílias viviam na colônia, geralmente agrupadas com membros de mesma origem, restringia o mercado matrimonial, levando a uma grande incidência de casamentos homogâmicos.

Embora houvesse alta taxa de fecundidade das mulheres, havia alta taxa de mortalidade infantil em razão das condições precárias de higiene.

Num primeiro momento as mulheres colonas cumpriam seus papéis de produtoras de braços para a lavoura de café sob a batuta do pai, marido e patrão. A organização do trabalho baseada na unidade familiar representava para os fazendeiros inúmeras vantagens, dentre elas a de que a divisão por gênero do trabalho era disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho. Não havia oportunidade para mulher que não tivesse família porque representava uma ameaça à tranquilidade das demais famílias. Somente a individualização do trabalho amenizou a situação embora não representasse a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres.

Nas primeiras décadas do séc.XX, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças. Os documentos disponíveis registram essas mulheres como frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas.

Em meados do século XIX, teve início a industrialização brasileira. Desanimados com a difícil condição social em seu país de origem, os imigrantes italianos sonhavam em fare l'América in Brasile, não só na lavoura como nas fábricas onde foram o principal contingente no Rio de Janeiro e em São Paulo. As mulheres e as crianças representaram força de trabalho abundante e barata para as primeiras fábricas – indústrias de fiação e tecelagem – que possuíam escassa mecanização e confecção. Os dados numéricos englobam todos os grupos étnicos imigrantes sem a separação por origem.

O jornal Fanfulla, de 4 de maio de 1913, registra que milhares de mulheres usavam do expediente da costura em casa para alguma fábrica de chapéu ou alfaiataria, com o intuito de reforçar o orçamento familiar. Para os industriais era um bom negócio explorar discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa. As mulheres vão sendo expulsas das fábricas, na medida em que avança a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina no início do século XX. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios, do trabalho eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Sem uma legislação que as protegessem, as reclamações dessas trabalhadoras recaiam contra as péssimas condições de trabalho, contra a falta de higiene nas fábricas, contra o controle disciplinar e contra o assédio sexual e encontram espaço na imprensa operária e anarquista.

A participação do imigrante italiano na formação do proletariado manufatureiro paulista foi de grande importância, considerando que o maquinário industrial estava a cargo de operários de ambos os sexos; dos quais menos 10% eram nacionais!

Em São Paulo, no início do séc.XX grande parte do proletariado era constituída por trabalhadores de origem estrangeira e nas indústrias têxteis a presença de mulheres e menores chegava a 84% desta mão de obra.

O surgimento de organizações de movimentos operários no Brasil sofreram a influência de correntes socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas.

Os anarquistas italianos estão presentes no Brasil desde os anos de 1890, com uma imprensa libertária, por muito tempo, representou um ponto de referência para o movimento operário.

Os anarco-sindicalistas se batiam por melhorias imediatas, tanto nos salários, quanto nas condições de trabalho, através da greve, do boicote, da sabotagem e das manifestações públicas. Para um proletariado formado quase que exclusivamente de estrangeiros, interessados, sobretudo em conquistas monetárias a curto prazo, mais que

projetos de construção de uma sociedade futura, de um país que não viam como seu, o apelo para vantagens imediatas era muito mais forte. A situação sofreu uma considerável mudança a partir de 1917 quando a mudança de atitude ligada à aceitação do Brasil como residência definitiva decorrente da ambientação, da constituição de família, da naturalização e principalmente da perda de qualquer esperança de voltar para a pátria de origem.

Na imprensa operária da época eram freqüentes as denúncias contra as péssimas condições de trabalho e investidas sexuais de patrões e chefes em relação às trabalhadoras.

Executando tarefas com menor esforço físico, gestuais, lembrando muitas vezes o próprio trabalho doméstico, boa coordenação, delicadeza, as operárias não ocupavam os mesmos segmentos do trabalho masculino nas fábricas e quando isto ocorria recebiam menor remuneração.

A disciplina imposta a estas trabalhadoras era um reflexo da submissão da mulher na família, subordinadas ao pai e marido, que no ambiente fabril tinham como figuras substitutas o contramestre e chefes. Pressionadas pela miséria, muitas vezes submetiam-se às regras e imposições que em outros momentos resistiam enfrentando o sistema surpreendiam a imprensa operária, patrões e toda a sociedade.

Em 1920 cerca de 50% da mão de obra era de mulheres.

O preconceito contra o trabalho da mulher nas fábricas, partia da própria família que desqualificava o trabalho feminino querendo preservar a presença da mulher exclusivamente voltada para o lar, no âmbito privado. Assim, na medida em que a industrialização avançava, ao invés de crescer o número de operárias, percebemos sua redução: 76% em 1872, queda acentuada nos anos 30 e 23% nos anos 50.

Enquanto a família, a imprensa operária, o discurso médico-higienista e jurídico transformavam o mundo do trabalho para a mulher num lugar de perdição - acreditando que a mulher fora do lar destruiria a própria família, desinteressando-se pelo casamento e filhos, que sua natureza era voltada para a vida privada - as revistas femininas apontavam para os benefícios do trabalho na esfera pública, que trariam certamente para a mulher informações, mantendo-a atualizada, transformando-a numa mãe e esposa mais atuante e comprometida com o seu tempo. As mulheres da elite, profissionais liberais, reclamavam das limitações impostas ao seu crescimento pelos chefes e colegas de trabalho, mas tinham um olhar bastante preconceituoso quando se referiam às mulheres operárias, vistas como analfabetas e incapazes presas à sua condição biológica. As

feministas desconheciam os escritos anarquistas e a intensa atividade cultural desenvolvida pelos grupos de estudo, teatro, poesia operários.

Os sindicatos procuravam através de suas lideranças femininas discutir as questões do trabalho que envolvia diretamente as mulheres.

O anarco-sindicalismo teve enorme influência na organização do movimento operário em São Paulo e a questão da mulher era vista pelo movimento como parte de uma luta maior pela emancipação de toda a humanidade. Contudo no cotidiano das operárias, as militantes anarquistas sempre muito ativas traziam para o debate os valores da família patriarcal, a participação feminina, a militância política e a questão da discriminação contra a mulher no trabalho e na vida sexual.

Não propunham o direito de voto nem a formação de partidos políticos, ambos eram considerados pelas anarquistas incapazes de produzir uma sociedade libertária reproduzindo as mesmas relações hierarquizadas de poder e a mesma desigualdade.

Os anarquistas abalavam a moral conservadora da época, manifestando-se favoráveis ao divórcio e uniões livres, acreditavam que estas relações libertárias os fariam felizes porque se baseavam nas emoções e sentimentos e não em contratos ou leis impostos pelo Estado ou Igreja. As mulheres deveriam ter seus direitos em relação à maternidade escolhendo ser mãe ou não, direito ao prazer sexual e fim do conceito de virgindade feminina. Para elas isto não seria o fim da família, mas a organização de uma nova família sob outras bases morais que apostava na natureza humana.

Também a educação deveria ser libertária, pois através dela se formaria o novo homem e a nova mulher, que deveriam ser criativos, desenvolvendo sua capacidade individual, sendo totalmente contrários aos métodos autoritários, alienantes e competitivos da escola e formação capitalista.

Margareth Rago² lembra a incrível escritora anarquista mineira Maria Lacerda, fundadora em 1921 da Fundação Internacional Feminina e que chegou a organizar grupos em São Paulo e Santos. Bastante informada, culta, combateu o discurso médico-higienista sobre a sexualidade feminina, afirmando que não apenas a mulher havia nascido para o amor, mas homens e mulheres foram feitos do amor para o amor. Procurava estimular as mulheres para as discussões culturais, fazendo palestras em centros operários e espaços anarquistas.

Enquanto os jornais anarquistas denunciavam as péssimas condições de vida e de trabalho, muitas de suas colaboradoras também militantes abordavam em calorosos

² RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino” in: História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto. 1997. p.598

artigos a situação internacional e nacional, articulavam centros de cultura operária, grupos de teatro e discutiam a situação da mulher na sociedade da época. A polícia divulgava em suas listas algumas dessas lideranças, consideradas perigosas e indesejáveis pelos patrões, tidas como agitadoras, organizadoras de greves e sabotagens, membros das “classes perigosas”.

Percebemos que a presença das mulheres nas lutas sociais do começo do séc. XX foi constante, como afirmava M.Valéria Juno Pena³, em todas as greves, mais voltadas para os interesses imediatos de suas condições específicas de trabalho e menos para a luta de classes.

Verificamos também que no discurso político da classe trabalhadora as causas femininas eram esquecidas ou colocadas em segundo plano, ou pior, infantilizavam a mulher diminuindo seu verdadeiro papel na luta por melhores condições de vida e uma melhor sociedade.

Nos anos 20, com a conquista de algumas reivindicações a participação feminina foi reduzida nos movimentos operários.

Nos anos 30, o emprego industrial para a mulher estava em tendência de baixa e a organização de sindicatos sob o controle do Estado também arrefeceu a combatividade e a espontaneidade da luta feminina no trabalho domiciliar e fabril.

Quando os sindicatos foram legalizados, uma minoria de trabalhadoras aderiu a sindicalização: em 1939 de 651 mil trabalhadores sindicalizados apenas 100 mil eram mulheres.

As lideranças sindicais quase totalmente masculinas faziam sua própria leitura das questões femininas no trabalho.

As mulheres participaram ativamente das lutas operárias, mas não separaram de forma precisa seus próprios interesses numa categoria dividida em sexos; não pretendiam de forma consciente ou inconsciente se confrontar com os homens de sua classe, além disto, os valores patriarcais e o discurso higienista reforçavam até para as lideranças operárias o papel da mulher na família.

Contra todas essas formas preconceituosas de ver o papel feminino, essas mulheres imigrantes e brasileiras, avançaram dentro dos limites de seu tempo e contribuíram para o crescimento dos direitos e de uma sociedade mais justa para homens e mulheres no início do séc. XX em São Paulo.

³ PENA, Maria Valeria Juno. Mulheres e Trabalhadoras – A Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981. p. 182